

Regulamentação da Prostituição ainda é polêmica

Oblatas acompanham a questão desde 2003 e, através de seus Projetos, percebem que o Projeto de Lei do deputado federal do PV, Fernando Gabeira, não tem apoio das mulheres de baixa renda.

A prostituição está longe de ser a profissão mais antiga do mundo, talvez nem seja uma profissão! Mesmo assim, desconstruir lugares comuns no imaginário cultural é bem difícil; tanto quanto fazer-se entender diante de medidas que, embora digam respeito a uma classe, essa quase nunca seja consultada. No início de junho (dia 02), comemorou-se o Dia da Prostituta. E a revelia do que possam pensar os mais rigorosos, muitas entidades civis que trabalham em prol dos direitos da mulher em situação de prostituição questionaram se há mesmo motivos para comemoração. Em um evento promovido na Câmara Municipal de São Paulo houve um intenso debate sobre a regulamentação da prostituição no Brasil, sugerida através do Projeto de Lei 98/2003, de autoria do deputado do PV Fernando Gabeira.

Nessa ocasião, as entidades organizadoras: Grupo Ética e Libertação (Gmel), Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Projeto Antonia, Associação Mulher Vida e Associação Viva Mulher, chamaram especialistas para esclarecer o que vem a ser esse Projeto de Lei. Com a ajuda da advogada Mercedes Lima, ficou claro que o Projeto de Lei em tramitação tem dois entraves importantes: a descriminalização de pessoas que exploram as mulheres e o perigoso reforço do estigma que já existe por trás da atividade de prostituta. Para Mercedes, pensando em ajudar o Projeto atrapalha a vida da mulher fazendo dela uma trabalhadora comum, com pré-requisitos, carteira assinada e um prazo de validade, podendo acirrar ainda mais a disputa nesse mercado.

Ademais, segundo a advogada que também é ativista feminista e integrante do Grupo Ana Montenegro, a aprovação de um projeto como este desarticula as mulheres nessa atividade. Elas que vêm lutando por políticas públicas adequadas às suas necessidades, como atendimento médico não discriminatória na rede pública de saúde, creche noturna para seus filhos, e penalização efetiva contra a violência de muitos de seus clientes. Como o Projeto está redigido hoje, é a mulher que passará a ser criminalizada se não atender ao Código dos Direitos do Consumidor, nesse caso cliente, visto que fica configurado que ela não passa de uma mercadoria, uma questão bastante grave e temerária segundo a advogada.



Agentes de vários projetos em prol da mulher/SP

Projeto de Lei brasileiro pode facilitar o tráfico de pessoas

Segundo outra integrante desse debate na Câmara Municipal de São Paulo - Roseli Consoli do Prado - Irmã Oblata do SSmo Redentor, especialista em administração e gestão de projetos sociais e integrante da Rede Internacional de Religiosas contra o Tráfico de Seres Humanos, o Projeto de Lei 98/2003 não traz clareza sobre os direitos da mulher. Ela também esclareceu sobre os perigos do tráfico de seres humanos, notadamente de mulheres com fins de exploração sexual. Apesar dos esforços do Governo no sentido de minimizar essa situação, o Brasil continua a ser destino na rota do turismo sexual, e é um grande exportador de mulheres. Ela também chama a atenção para a feminização do tráfico e para o perigo de se abolir do Código Penal brasileiro o artigo 231, como sugere o Projeto de Lei em questão, pois é justamente esse que criminaliza os traficantes.

Roseli também participou recentemente do II Congresso Internacional de Religiosas em combate ao TSH, em Roma. o evento acontece entre os dias 15 e 18 de

junho, sob a coordenação da UISG (União Internacional dos Superiores Maiores) e a OIM (Organização Internacional para as Migrações), e o financiamento do governo dos Estados Unidos. Ao final desse Encontro as Congressistas batizaram de TALITAKUM – A Rede Internacional da Vida Consagrada contra o Tráfico de Pessoas, que deve reunir inicialmente cerca de 17 grupos de Vida Religiosa contra o tráfico, nas diversas áreas do mundo, onde cerca de 574 irmãs trabalham em rede, reunindo 36 países até o momento. O papa Bento XVI manifestou-se por telegrama, na abertura do evento incentivando e parabenizando @s participantes pela iniciativa em favor da vida humana e contra o tráfico de pessoas.



Pastoral da Mulher de Belo Horizonte acompanha proposta desde 2004

A Pastoral da Mulher acompanhou os debates que aconteceram em BH sobre esse tema com a presença de Gabeira, mulheres e gerentes dos hotéis. E na ocasião a regulamentação ou não da prostituição também foi tema de conversas e bate-papos em diversos momentos na sede da Pastoral. No dia 20 de agosto daquele mesmo ano, houve no auditório da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de BH, um encontro para a discussão do Projeto de Lei que visa regulamentar a prostituição. Entre os membros que compunham a mesa estavam o Deputado Estadual Durval Ângelo - Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, e presidente da mesa; o próprio Deputado Federal Fernando Gabeira - autor do Projeto de Lei; além de representantes de entidade feminista, ONG's e Associação de Profissionais do Sexo.

Até 2007, a Pastoral participou com agentes e mulheres atendidas de outros debates sobre o tema, sempre procurando maior esclarecimento para tomar uma posição. Segundo a equipe, a maioria das mulheres atendidas pela Pastoral em BH, vê a prostituição como um trabalho igual a qualquer outro. A equipe respeita que ele seja sim um trabalho, na medida em que é o meio de sustento das mulheres, porém não acha que seja um trabalho como qualquer outro... porque gera um estigma, baixa auto-estima e preconceito. “As mulheres procuram não se identificarem como prostitutas, temem serem reconhecidas pelos familiares, amigos e vizinhos na atividade que fazem, por isso para nós não é um trabalho comum”, esclarece a equipe.



Movimentos de SP debatem regulamentação da prostituição

Reflexão em Salvador revela a angústia das mulheres que batalham

Em Salvador, o Projeto Força Feminina realizou, no mês passado, um bate-papo sobre um tema da Regulamentação da Prostituição. O material usado foi a íntegra do próprio **Projeto de Lei nº98/2003 de autoria do deputado federal Fernando Gabeira (PV/RJ)**.

Os posicionamentos de algumas mulheres atendidas no Projeto, para além de serem contra ou a favor da regulamentação, refletiam as angústias e as próprias contradições que envolvem a prostituição, desde a entrada e a permanência, à própria identificação com este lugar, assim como o contexto das mulheres de baixa renda que estão nesta ocupação, e a preocupação com a família: “(...) qual a mãe quer que o filho saiba que ela é prostituta?”; “a própria palavra prostituta é pesada, e eu não quero ser reconhecida assim”. Outros relatos trazidos eram referentes à violência sofrida por elas e o descaso da polícia em relação a isso, como se o fato de serem prostitutas justificasse todo o tipo de violência.

Juazeiro incentiva mulheres a outras reflexões políticas a partir do debate sobre a regulamentação

A Pastoral da Mulher de Juazeiro(BA) aproveitou a data de 2 de junho e reuniu as mulheres atendidas em sua sede para um debate bastante rico sobre essa questão da regulamentação ou não da prostituição.

Na oportunidade, as mulheres puderam falar de suas experiências, fazendo uma comparação da prostituição há alguns anos atrás e na atualidade, definindo que “tudo está mais escancarado”. Elas também disseram que as mulheres nessa situação hoje já convivem em sociedade, porém ainda carregam fortes marcas e violências. Durante esse Encontro foi realizada uma eleição simulada, para saber delas, quantas seriam contra ou a favor. No total de 19 mulheres participantes: 09 se colocaram contra, 04 a favor, e 06 não opinaram.

Para a equipe da Pastoral de Juazeiro, além do esclarecimento sobre esse Projeto de Lei, o Encontro abriu espaço para um justo desabafo das mulheres. No final, elas trouxeram suas esperanças em alcançar outros objetivos, ter uma profissão para ajudar as pessoas, aprender a ler e escrever, e reforçaram seu desejo de que um dia seja possível um mundo sem prostituição e com uma organização melhor de todas as mulheres que hoje se encontram nessa situação. Como encaminhamento, a equipe pastoral decidiu dar continuidade a esse tipo de discussão e deve criar um grupo com estas mulheres, onde possam conjuntamente aprofundar outras questões sócio-políticas necessárias à organização de sua autonomia e independência.